

Obra Aberta. Porque tudo tem de ter uma razão para “tudo poder ser outra coisa” ...

José Teixeira | PCA dstgroup

O desafio que nos foi lançado por um “pescador” poeta, cardeal e responsável primeiro do Dicastério da Educação e Cultura da Santa Sé — Dom Tolentino Mendonça — como quem lança redes para “pescar pescadores” e participar no projeto “Obra Aberta” para o pavilhão da Santa Sé na Bienal de Arquitetura de Veneza, foi aceite com entusiasmo e interesse por parte da dst.

A visão que nos convoca para a ação, para lá dos nossos deveres cosmológicos e contratuais, parte de um diagnóstico que fazemos e que partilhamos com todos os nossos quase quatro mil trabalhadores. Zygmunt Bauman cunhou a expressão de “modernidade líquida”, de “sociedades líquidas” e de “amor líquido”. Sociedades que se liquefazem, que perdem a consistência, a *gravitas* e a densidade. Sociedades que mudam. Mudam muito e mudam rapidamente. Nada é sólido. Tudo é insólito. Sociedades sem *vagar* e frágeis. Amores que são fátuos, diáfanos e pastosos.

Neste tipo de pós-modernidade ética, a sustentabilidade faliu.

Tudo pode ser — no caso, para o mal — outra coisa. São sociedades neutras, moralmente neutras. A verdade é sempre provisória. A verdade está doente. Há uma real crise de verdade na sociedade.

A amizade e o amor são mercadejados como outra mercadoria da mercearia ou do shopping online. Os desejos atropelam a ordem da natureza, não se desembrulham e consomem-se como se não houvesse amanhã.

As necessidades individuais imperam, e quem fica para trás é esquecido. A lealdade sucumbe neste quadro de vida insustentável. A bulimia é o princípio e o fim; e, no fim, chega a insensibilidade à dor dos outros — à inexistência dos outros. Chega a *apofobia* — expressão cunhada por Adela Cortina, filósofa de Valência — para caracterizar este produto de “ser novo”, que tem nojo aos pobres e aos deserdados.

Há, na realidade, uma fadiga que a biologia facilita e, no caso, a capacidade de adaptação darwiniana impõe-se.

O hábito faz o monge. O *modo de cozedura em lume brando*, na história do sapo a cozer na frigideira em lume brando, é, no entanto, a consequência a médio prazo por esta neutralidade moral, por esta fadiga da tragédia e para a morte do comunitarismo — para o desaparecimento das comunidades, da entreajuda e da compaixão.

Todos os dias, os jornais e os telejornais substituem uns eventos catastróficos por outros ainda mais catastróficos.

O mundo adoeceu, está sem peças de substituição ou as que existem dão-lhe um efeito de *tuning*, um efeito pouco genuíno. Um efeito líquido. A sustentabilidade semiótica, aquela que atravessa tudo o que fazemos para vivermos uma vida com princípios, valores e consciência, está em *modo de fadiga*.

Perante um evento do tipo *cisne negro*, aquele que acontece com raridade e de enorme impacto, juntamo-nos todos à roda da fogueira do conselho que procura ajudar. Ajuda-se espontaneamente, mas momentaneamente. Somos todos voluntários. Acorremos emocionados e disparamos do sofá, com a lágrima no olho, para ajudar a Ucrânia, Gaza ou os outros locais carregados de tragédia e de miséria — e são, hoje, mais de 50 países em crise, numa real policrise.

Num caso de cada vez, disparamos em massa. Saltamos para ajudar a um caso de cada vez, anunciado pelas televisões, jornais e redes sociais como o alarme social da semana, a uma tragédia de cada vez — à que, no momento, mais choca e mais interpela o coração.

Por vezes, a semana não fica toda a “semana sólida” e, assim, em *modo líquido*, um evento apaga-se porque os *influencers* apoiam outro ainda mais emotivo, flácido e mais giro de apoiar. Os produtos, os sentimentos e as emoções estão no mesmo plano. Tudo é comercializável e tudo está em permanente e dinâmico trânsito. Cansamo-nos depressa e os governos substituem acordos por acordos, por outros acordos, metas por outras metas, para manter viva a consciência nos dias de reflexão. Copenhaga, Plataforma de Durban, Conferência de Paris, COP de Glasgow, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima ou, antes destes, o Protocolo de Kyoto; mais uma série imensa de iniciativas de cidades e estados para pagar as indulgências, para poderem continuar a pecar, a poluir, a corromper a Casa Comum.

A partir desta leitura, não queremos parar de interrogar. Aproveitamos todos os espaços para, mais do que resistir, tomar a iniciativa e colocar os que defendem a fealdade a resistir. Nestes tempos modernos temos de inverter o sentido, agir e construir “a história do futuro”, tomado a dianteira e não ficando na defesa.

Há coisas em que o interesse não deve preceder o que está certo em si, mas também somos adeptos da parábola dos talentos.

Os investimentos que fazemos são produto do trabalho dos nossos trabalhadores e, justamente por isso, temos sempre de ter uma razão forte e percepível para que a nossa comunidade entenda o porquê das nossas ações — que entenda o *telos* que está em vista.

Estando certo apoiar um projeto que “propõe uma reflexão sobre a arquitetura como **instrumento de reparação ecológica, social e espiritual**, através do restauro de uma estrutura existente num dos bairros populares de Veneza, envolvendo a comunidade local e internacional numa reflexão sobre o que pode ser partilhado, reativado e reusado, promovendo assim uma nova inteligência coletiva.” Como sublinhou o Cardeal Dom Tolentino Mendonça, teríamos, mesmo assim, de ter uma explicação mais detalhada e multiplicadora dos “talentos” que nos eram oferecidos.

Ora, o grupo dst, pelas razões de ter ganhado uma agenda mobilizadora do plano de recuperação e resiliência para a construção industrial, para mudar de paradigma na indústria da construção e no modo de construir casas — para mudar, como na indústria do automóvel se começou a mudar há anos, do modo térmico para o modo elétrico na construção da casa-abrigo, em cidades sem muros e “abertas” a todos os que nelas habitam ou visitam — teve de começar a fazer uma profunda reflexão sobre a arquitetura hoje; e este “começar” é um processo que não vai acabar. A nossa missão corresponde, pois, a uma mudança de paradigma. Uma mudança de paradigma acontece de longe a longe. Desde o séc. XVIII, vamos, apenas, na quarta Revolução Industrial.

“A ciência nunca procurou a verdade, mas antes a resolução de enigmas. Uma ciência não pode ser moral e não pode pedir apoio de validação ao Estado nem ao povo, para validar o que descobriu! O cientista é “um solucionador de puzzles como um jogador de xadrez, e a adesão induzida pela educação é o que lhe dá as regras de jogo que se pratica no seu tempo”, escrevia Thomas Kuhn no seu livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*.

As cidades e as casas das cidades não podem continuar com as barreiras diáfanas que separam uns dos outros e viram, nas comunidades, uns contra os outros.

Na indústria da engenharia, em quem constrói, não houve modernismo, não houve pós-modernismo, nem meta-modernismo. A evolução tem sido lenta, e os processos construtivos, tendo surgido alguma tecnologia nos materiais e nos equipamentos, nem de longe nem de perto acompanharam os outros setores. Na área da industrialização e da sustentabilidade, o caminho que se fez foi pouco, muito pouco.

“As coisas não estão a funcionar bem”. A Casa Comum está exaurida. As cidades não estão democratas e não estão, por isso, sociais e inclusivas. Queremos, então, no nosso programa, sacudir os estigmas e os preconceitos e introduzir um modo que deve ser atonal.

Queremos aproveitar a nossa agenda mobilizadora e a nossa presença em Veneza para questionar sobre o poder da beleza; sobre o valor do desenho; sobre a harmonia e o equilíbrio; sobre a casa que desafia os seus hóspedes a serem funambulistas, em que a rede é o chão da casa; sobre o que a arquitetura pode fazer para aliviar a dor infligida pela pobreza; sobre a ascese e a espiritualidade na casa; sobre o espaço público da casa — sobre a mesa na casa; sobre o lugar de refúgio e de compensação que a casa anima e salva; sobre o espaço e o tempo da casa para, ao mesmo tempo, conciliar a inquietação, o descanso e o pensamento; sobre a capacidade da casa receber a alma de quem a vai habitar, com as suas manias e as suas idiossincrasias; para que a casa possa receber e acolher todos os diferentes olhares de quem a vai habitar, pois a beleza está sempre no olhar de quem vê. Uma arquitetura que é, no pensamento e na ação, cuidada, quer quando é feita para ricos, quer quando é feita para pobres. E que, até — numa ideia desenvolvida por John Rawls, a pretexto da justiça ser igual para todos, quando se desenham casas com custos modestos —

a arquitetura deve, naquela analogia, aceitar “o princípio da diferença” e, no caso, ter mais cuidado quando pensa e desenha as casas para os pobres do que quando o faz para os ricos. Deve privilegiar os mais desfavorecidos, o que é o mesmo que dar um incentivo a todos aqueles que caíram nas malhas da “associação involuntária” — conceito de Michael Walzer — para justificar um empurrão que coloque todos no mesmo ponto de partida para a corrida que é a vida. Que a arquitetura assuma o seu papel moral. A arquitetura não pode acrescentar pobreza à pobreza dos pobres.

Ao mesmo tempo estamos a refletir sobre o trabalho, sobre os artistas das profissões e sobre a dignidade no trabalho. Sobre o brio profissional, sobre a liberdade e sobre a disciplina no trabalho, para que estes dois valores deixem de ter soma constante.

Queremos trabalhar as desigualdades. Queremos influenciar no sentido de esbater as desigualdades. O projeto que temos em curso tem também uma escola de pensamento: uma escola onde juntamos, à aprendizagem das profissões, a filosofia, as artes e as humanidades. Acreditamos que é na educação que teremos a oportunidade de jogar a nossa história do futuro. É com a educação que poderemos destruir a desigualdade.

As desigualdades são más para todos: para a sociedade no interior das margens e para os de fora das margens. As democracias têm ferramentas para diminuir as desigualdades, e as empresas não podem ficar fora dessa responsabilidade. E é exatamente essa a razão de apoarmos este projeto da Santa Sé. Temos um contrato com o Estado e cumprimos o contrato com o Estado; temos um contrato com os nossos trabalhadores e cumprimos esse contrato.

A nossa responsabilidade não se esgota nesses dois contratos. Temos um contrato não escrito com a sociedade e com quem mais precisa, e apoiamos os que travam este difícil e desproporcionado combate. Temos o imperativo categórico de agir para além das nossas obrigações contratuais: um dever em si, de fazer o que está certo para desfazer o que está errado.

E sobre os materiais e a Casa Comum, sobre a finitude dos recursos, sobre, justamente, “o reuso o reativado e o partilhado” — expressões felizes de Dom Tolentino —, queremos agarrar esta oportunidade para implicar e mover todos os que trabalham no nosso setor, bem como os que ensinam nas escolas, para uma criatividade coletiva. Queremos provocar a consciência das multidões para encontrar o “justo meio” de oferecer uma vida boa e harmoniosa aos que habitam as cidades. Queremos democratizar a beleza.

E são estas as nossas razões sumárias que intercetam as razões da Santa Sé no convite que reuniu nomes como a mexicana Tatiana Bilbao, o coletivo catalão MAIO Architects, Marina Otero Verzier e Giovanna Zabotti, e que surge no contexto do 10.º aniversário da encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco.